

Pobreza Menstrual: análise da implementação da Política Assistencial ao Combate à Pobreza Menstrual entre os estudantes da EPPP Monsenhor Waldir Castro Lopes

Autor(es): Yara Maria Vieira Pontes ¹
Professor orientador: Dr. Marcos
Paulo Campos Cavalcanti de Melo ²

¹ Estudante do Mestrado Profissional em Sociologia PROFSOCIO/UVA e professora da EEEP Monsenhor Waldir de Castro Lopes; E-mail: yaramaria14@gmail.com.

² Orientador. Professor Dr. do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA e Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO/UVA. Email: marcos_campos@uvanet.br

Resumo: O presente resumo trata de uma pesquisa em andamento de cunho etnográfico sobre a abordagem da implementação da Política Assistencial ao Combate à Pobreza Menstrual entre os estudantes da EEEP Monsenhor Waldir de Castro Lopes, na cidade de Marco-CE. O estudo será realizado com todas as pessoas que menstruam, com o objetivo de compreender como os estudantes lidam com a menstruação, após a aplicação da política. Compreendo a importância da abordagem, até o exato momento da pesquisa analisei estudos bibliográficos e realizei observação participante. Nesse sentido, a garantia do direito à dignidade menstrual não fica somente na entrega de absorventes, mas inclui cuidados desde a água potável até medicamentos necessários durante o período. Portanto, o estudo em questão possui bastante relevância no campo das políticas públicas e desigualdades de gênero.

Palavras-chave: dignidade menstrual, políticas públicas, pobreza menstrual.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO(S)

A abordagem da temática da Pobreza Menstrual compreende-se como um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional que afeta pessoas que menstruam. O problema não diz respeito apenas sobre o acesso aos itens de higiene, mas é também relacionado à falta de acesso ao saneamento básico, às informações sobre a menstruação e manejo da higiene menstrual, assim como à tributação excessiva sobre os absorventes. Tais fatores associados afetam a saúde física e psíquica das menstruantes, pois contribui para conservar e intensificar a desigualdade de gênero. Muitas meninas, inclusive, deixam de frequentar as escolas, o que acarreta prejuízos irreversíveis em suas vidas estudantis.

O intuito da pesquisa é analisar a implementação da Política Assistencial ao Combate à pobreza menstrual entre os estudantes da EEEP Monsenhor Waldir de Castro, após a lei 17.574,24 de julho de 2021. Essa lei visa à distribuição de absorventes com o intuito de garantir condições básicas para a adequada higiene íntima e pleno acesso à educação,

reduzindo as desigualdades sociais, minimizando os riscos de doenças e atenuando a infrequência e o abandono escolar (LEI Nº 17.574, 27 DE JULHO DE 2021).

Os objetivos desta pesquisa são: obter observações, análises, fatos, narrativas com intuito de observar como meninas e meninos tratam a política assistencial dentro e fora do ambiente escolar; perceber a contribuição da política na vida das estudantes, o descaso em torno dos absorventes recebidos, o motivo pelo não recebimento, o conhecimento sobre a temática, os tabus instaurados em torno da menstruação e desigualdade de gênero; analisar a desutilidade dos produtos básicos disponibilizados na escola para garantir o direito em questão; compreender como os estudantes lidam com a menstruação após a instalação da política de assistência ao combate à Pobreza Menstrual; identificar o cenário da pobreza menstrual no impacto na vida estudantil no processo de ensino e aprendizagem.

As políticas ao combate à pobreza menstrual começaram a ganhar notoriedade no cenário internacional e nacional paralelamente aos problemas ocorridos com a COVID-2019. No cenário político do ano de 2019, a Deputada Federal Marília Arraes (PT-PE), apresentou projeto de lei que visava à distribuição de absorventes higiênicos às meninas do ensino fundamental e médio das escolas públicas.

Diante da relevância da temática a ser estudada, temos estatísticas em torno da importância para formulações e fortalecimento das políticas públicas que possibilitem a permanência das adolescentes na escola. Segundo o relatório intitulado “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”, realizado pelo Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 90% das meninas passarão entre 3 e 7 anos da vida escolar menstruando (UNFPA; UNICEF, 2021).

Os movimentos feministas contribuíram e contribuem na discussão da garantia dos direitos da mulher. Em todas as sociedades existe um sistema de dominação masculino, chamado *patriarcado*, uma dominação masculina inserida em todos os espaços sociais da sociedade, principalmente nas representações políticas. Com o sistema de dominação vieram as facetas em questão, desigualdades de gênero, falta de oportunidades, condições mínimas, desigualdade social, disparidades econômicas, vulnerabilidade social, entre outras.

Portanto, o presente trabalho contribui para o campo de discussões em torno do enfrentamento às políticas públicas destinadas às estudantes, pois problematiza como a falta da garantia ao direito digno de menstruar afeta a vida das mesmas no ambiente escolar ao passar nove horas do seu dia dentro da instituição.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se utilizará de métodos da abordagem quantitativa no primeiro estágio e será complementada pela abordagem qualitativa, tendo a etnografia como metodologia, considerando sua relevância no campo das ciências sociais e na antropologia. A observação participante será norteadora de produção de análises do dia a dia do objeto de pesquisa.

Para Alonso (2010):

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudando. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. (p.10)

Será realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados para análise do problema em questão. A pesquisa será realizada com os estudantes e toda a comunidade escolar da EEEP Monsenhor Waldir de Castro Lopes, situada na Cidade do Marco-CE. Dar-se-á ênfase ao público feminino atendido em torno da política assistencial ao combate à pobreza menstrual.

Sou professora de sociologia na instituição de ensino e Diretora de Turma de uma sala formada, em sua grande maioria, por meninas. Já estou realizando as sondagens e observações necessárias para passar para as próximas etapas da pesquisa. Não mencionei aos alunos sobre a temática da minha pesquisa para que eu possa explorar minhas observações. Ressalte-se que se trata de uma pesquisa quantitativa em torno da busca das informações necessárias de investigação, em torno os motivos do não uso dos absorventes entregues, se já ficou ausente das aulas ou da escola por motivo do ciclo menstrual, o que fazem com os produtos, os conceitos como “pobreza menstrual, dignidade menstrual e outros”.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados e informações serão o diário de campo, o formulário do Google Forms. Além dessas fontes, será disponibilizada uma urna para coleta das informações (a pesquisa busca alguns aspectos íntimos sobre sexualidade que necessitam desse modo de coleta de dados). Haverá, também, realização de entrevistas com o núcleo gestor e com pessoas que cuidam dos banheiros. É imprescindível um estudo exploratório nos documentos que norteiam a política assistencial dentro da escola, processo que já venho empreendendo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está na fase inicial, dentro do campo da observação participante, com anotações e conversas dentro e fora de sala de aula sobre a política assistencial ao combate à pobreza menstrual. Diante dos relatos, são recorrentes os casos de não uso dos absorventes entregues ou diversas “brincadeiras” com os referidos objetos.

É preciso considerar como a pobreza menstrual afeta o ciclo menstrual das meninas, acarretando muitas vezes infrequência escolar devido à baixa imunidade de saúde, o que prejudica diretamente o desempenho escolar. Constatam-se, desde já, também algumas carências básicas, como ausência de papel higiênico ou água nos banheiros.

A discussão que realizei dentro de diversos conceitos fundamentais na análise da política pública ao combate à Pobreza Menstrual, revelou que o primeiro passo é a compreensão sobre Políticas Públicas. Para Thomas Dye (1984), esse é um dos conceitos mais utilizados pelo campo acadêmico, que é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Também se demonstrou relevante para a discussão o conceito de pobreza menstrual, dignidade menstrual segundo os autores Ana Cândido e Maurício Saliba, a partir do relatório realizado pela UNICEF 2021. É imperioso mencionar o conceito de gênero segundo o autor Joan Scott, bem como o conceito de educação sexual segundo a autora Viviane Pinto.

Diante da observação participante, o campo me possibilita, quase todos os dias, narrativas sobre a questão da Pobreza Menstrual e como as estudantes sofrem diversas desigualdades em torno dos efeitos do ciclo menstrual. Mostrando o uso do absorvente entregue pela política pública de assistência menstrual, os efeitos perversos do ciclo, o machismo dentro da unidade escolar e o momento da entrega dos itens.

QUADRO 1. (NARRATIVAS - OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE)

08/04/2023-Estava passando no pátio da escola e tinha três alunos conversando, um deles me chamou para perguntar sobre algum assunto sobre a disciplina de sociologia. Uma era estudante da turma na qual sou diretora de turma, E foi logo falando, se a mesma faltasse no dia posterior, era porque a mesma tinha menstruado (os alunos devem justificar as faltas aos diretores de turma), e não iria conseguir ir à escola, devido ao fluxo do ciclo. Aproveitei e perguntei sobre a utilização dos absorventes entregues pela a escola.

“ Você usa o absorvente entregue pela a escola ?”

Ela respondeu: “ Nan, tia é ruim esse absorvente.”

E você usa outros ?

Ela respondeu: “Sim, compro outro absorvente com uma marca melhor para usar.”

Por que, não gosta?

Ela respondeu: “ Tia, gruda na calcinha, o plástico é ruim e acaba vazando.”

O que você faz, com os absorventes recebidos?

Ela respondeu: “Tia, eu uso à noite, para dormir. Já que estou em casa. E uso também quando está finalizando a menstruação. Tia, como é ruim ser mulher e passar por tudo isso.



15/06/2023 - A aluna Késsia da turma do 2º Logística, turma na qual sou diretora de turma, faltou aproximadamente mais uma semana e a mãe se dirigiu até a escola para uma conversa comigo. Conversamos, a mesma me relatou que a filha fica com a imunidade baixa em seu ciclo menstrual e sente dores de cabeça, dor na garganta, febre alta, náuseas, entre outros sintomas. Ficando impossibilitada de se dirigir até a escola.

25/08 - Entrega de Absorventes

A entrega é realizada como na primeira, uma aluna e a coordenadora da escola, no pátio da escola. No entanto, tiveram pontos que me chamaram atenção durante essas observações:

- *As meninas não vão sozinhas, sempre acompanhadas com várias colegas;*
- *As alunas grávidas mesmo não menstruando, pegam o produto entregue pela a escola;*
- *Os meninos ficam querendo receber os absorventes, “brincando” diante das meninas que realizam a entrega;*
- *Meninas falando que pegamos absorventes para darem para outras meninas;*
- *Ficaram faltando aproximadamente 90 pacotes a serem entregues; Em torno de 40 meninas deixaram de receber neste dia da entrega.*

25/10 - Logo pela manhã na sala dos professores que deparei com comentários machistas e vergonhosos vindo de dois professores. Em um questionamento sobre o pedido de uma aluna a uma toalha para tomar banho devido ao sangramento causado pelo ciclo menstrual. Um dos professores falou que era “frescura” que essas meninas de hoje em dia tinham, que não aguentam a menstruação. Fez o comparativo se dirigindo a mim, que aguento passar o meu ciclo menstrual com o dia todo na escola. Eles não me perguntaram se eu faço o uso de anticoncepcional que trás um “bem-estar para as mulheres que menstruam”, diminuindo o meu ciclo, inibindo minhas dores de cabeça e cólicas. Nesse dia, eu sai mal da escola, e o lixo pela a menina e como mulher de uma sociedade com tantos homens machistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa está em fase inicial, pretendo realizar questionários com as meninas, entrevista com os responsáveis da política dentro da escola, analisar o conhecimento dos estudantes sobre a política, conversar com a comunidade escolar sobre a garantia do direito à dignidade menstrual, entre outros.

Portanto, a temática em questão consiste em diversos questionamentos em torno de uma garantia dos direitos básicos de estudantes cearenses e, assim, contribuir para uma sociedade justa e igualitária, quebrando tabus construídos por uma sociedade patriarcal que considera a temática da menstruação como algo sujo e vergonhoso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA , ao Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional - PROSOCIO e a EEEP Monsenhor Waldir de Castro Lopes, município de Marco/CE.

REFERÊNCIAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em revisão**. Revista Agenda Política | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015.

Disponível em

:<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em 20 de junho de 2023.

ASSAD, B.F. **Políticas Públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero**. Paraná, Revista Antinomias, v. 2, n. 1, jan./jun., 2021. Disponível em :<https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21> Acesso em 02 de junho de 2023.

BOFF, Rogers *et.al.* **Pobreza Menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no Brasil**. Instituto Superior Politécnico Gaya. Novo Hamburgo-RS, Vol. XXV, Nº3, p.134-148, Dezembro de 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38546/1/PEC%20Dezembro%20de%202021-p%20C3%A1ginas-134-148.pdf> . Acesso em 20 de maio de 2023.

BRITO, M. A. P. da R. **Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para Mulheres e Meninas** [manuscrito] / Maria Alves Peixoto da Rocha Brito. - 2021. xcix, 99 f. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/19809/3/TCCG%20-%20Direito%20-%20Mariana%20Alves%20Peixoto%20da%20Rocha%20Brito%20-%202021.pdf> Acesso em 25 de março de 2023.

CANDIDO, Ana; SALIBA, Maurício. **Interseccionalidade e dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades**. UENP, Paraná. Vol.10, n.3, 2022. Disponível em : <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub> Acesso em 12 de abril de 2023.

CASSIMIRO, João *et.al.* Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.5181-5193, mar./apr., 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/45562> Acesso em 29 de março de 2023.

CEARÁ. **LEI Nº 17.574, 27 DE JULHO DE 2021**. Institui a política de atenção a higiene íntima de estudantes da rede pública estadual de ensino e autoriza o poder executivo a adquirir e a distribuir absorventes higiênicos...]. Ceará. Assembleia Legislativa, 2021. Disponível em: [Lei Ordinária Nº 17574, de 27 de julho de 2021](#) Acesso em 19 de março de 2023.

PINTO, V. C. **Educação sexual nas escolas públicas de Pernambuco: uma questão de direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2015. – Recife: O Autor, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16914> Acesso em 28 de junho de 2023.

MOTA, Mirela; BASTOS, Tarcísio. A desigualdade social e de gênero na discussão da relação estado e sociedade: expressões para o fenômeno da violência contra a mulher. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Pernambuco, 2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22709> Acesso em 28 de junho de 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, [S.l.], 20 (2), p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufersa.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em 29 de junho de 2023.

LIVRE para menstruar, 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/>. Acesso em dia 27 de março de 2023.

UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos**. UNICEF. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em 25 de março de 2023.

UNFPA. **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual**. UNFPA, 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/recomendacoes-implementacao-iniciativas-dignidade-menstrual> Acesso em 20 de junho de 2023.

SILVA, João; LOPES, Yohana; JÚNIOR, Vicente. **A pobreza menstrual como fator de violação de direitos humanos: um olhar para adolescentes em ambiente escolar**. UNP, Potiguar, 2022. Disponível em : <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22714>. Acesso em 22 de junho de 2023.

SOUSA, K.S.V. **Pobreza Menstrual no Brasil e os impactos do direito à educação das mulheres - uma violação de direitos humanos**. Ufersa, Mossoró, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/8504/1/Vit%C3%B3riaKSS_ART.pdf Acesso em 02 de junho de 2023.